PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA

(RECIFE)

<http://www.revista.ufpe.br/ensinodegeografia>

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Luana Caroline Kunast Polon

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Luanacaroline.geografia@gmail.com

RESUMO: Nos documentos oficiais da Educação brasileira, principalmente após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), o conceito de trabalho vem sendo apresentado como princípio educativo juntamente com o conceito de pesquisa como princípio pedagógico. Estes conceitos são também reforçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) publicadas no ano de 2013. Nota-se, portanto, uma necessidade de compreensão dos conceitos relativos ao trabalho, bem como as formas pelas quais as várias áreas do conhecimento contribuem para efetivar essas concepções. O objetivo do presente artigo é apresentar a Geografia como componente curricular cujos conteúdos são uma fonte de análise sobre as formas pelas quais conceber o trabalho como princípio educativo. A produção do espaço geográfico por meio do trabalho é o eixo norteador da discussão. A fundamentação teórico-metodológica tem como base referenciais bibliográficos que abordam o conceito de trabalho, outros que relacionam os conteúdos da Geografia com a produção do espaço geográfico, bem como as concepções de trabalho e pesquisa contidas nos documentos oficiais da Educação brasileira. A partir das discussões efetuadas, pôde-se perceber que a Geografia, como ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, com vistas ao entendimento crítico de que o trabalho modifica o meio, é uma das áreas do conhecimento que contribui no sentido de construir uma concepção de trabalho como princípio educativo. As perspectivas apontadas direcionam para uma superação da visão alienada de trabalho, e a expansão de um conceito de trabalho como elemento formativo, de cunho educativo.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Geografia.

THE CONTRIBUTION OF GEOGRAPHY IN THE PERSPECTIVE OF WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE

Abstract: In the official documents of the Brazilian Education, especially after the publication of the Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education (LDB 9394/96), the concept of work has been presented as an educational principle together with the concept of research as a pedagogical principle. These concepts are also reinforced by the National Curriculum Guidelines (DCNs) published in the year 2013. There is therefore a need to understand the concepts related to work, as well as the ways in which the various areas of knowledge contribute

to these conceptions. The purpose of this article is to present Geography as a curricular component whose contents are a source of analysis on the ways in which to conceive work as an educational principle. The production of geographical space through labor is the guiding axis of the discussion. The theoretical-methodological basis is based on bibliographical references that address the concept of work, others that relate the contents of Geography to the production of geographic space, as well as the conceptions of work and research contained in the official documents of the Brazilian Education. Based on the discussions, it can be seen that Geography, as a science that studies the relations between society and nature, with a view to the critical understanding that work modifies the environment, is one of the areas of knowledge that contributes towards to construct a conception of work as an educational principle. The perspectives pointed towards an overcoming of the alienated vision of work, and the expansion of a concept of work as a formative element, of an educational nature.

Keywords: Education. Job. Geography.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado como trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em “Educação Profissional e Tecnológica” pela Faculdade São Braz, e se insere no âmbito das discussões acerca da Educação brasileira, especialmente no que tange ao perfil educacional apresentado pelas legislações que regem esta área no país, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013. Especificamente, essa pesquisa se relaciona com a Educação Profissional, no sentido de que o ensino tecnológico e profissional só pode efetivamente ocorrer quando as concepções sobre o trabalho estiverem presentes e bem esclarecidas. Isso, para que não se corra o risco de associar o trabalho meramente ao exercício laboral remunerado, mas o compreenda em seu sentido mais conceitual e subjetivo.

Em documentos oficiais que embasam a educação brasileira, como a própria LDB (Lei n. 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013, o trabalho é apresentado como um princípio educativo, juntamente com a pesquisa como princípio pedagógico. Tendo-se essa premissa como base, explanou-se, neste artigo, como a Geografia contribui com essa concepção, através de seus conceitos e abordagens. O tema apresentado pela discussão justifica-se por sua importância no contexto da Educação, especialmente quanto aos debates sobre a formação integral do sujeito, o que está muito presente na educação profissional e tecnológica. “A formação profissional enfatiza o saber fazer, enquanto a educação profissional valoriza a formação integral do sujeito” (OLIVEIRA; SALES, 2015, p. 10165).

Com isso, adota-se como recurso metodológico a revisão bibliográfica de autores que

abordam questões relativas ao trabalho, apresentando-o efetivamente como um princípio educativo, como Marx (2016); Engels (1976); Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), Saviani (2003; 2007), dentre outros. Ainda, utilizam-se documentos oficiais relativos à Educação brasileira, os quais apresentam de forma enfática o conceito abordado pelo artigo. Para compreender o papel da Geografia em relação ao tema analisado, utilizam-se referenciais próprios desta ciência como fontes bibliográficas.

O presente trabalho está estruturado em tópicos com discussões interligadas e complementares. Primeiramente é realizada uma abordagem geral do que é o conceito de trabalho como princípio educativo, partindo-se da análise de documentos oficiais e bibliografias específicas. No âmbito desta discussão, são apresentados os tópicos que aprofundam o debate, partindo-se do próprio conceito de trabalho. Após discutir o conceito de trabalho, parte-se para um outro tópico que apresenta as contribuições da Geografia no sentido de perceber o trabalho como princípio educativo. Feito isso, são apresentadas as considerações finais acerca do tema, bem como os referenciais bibliográficos ao término.

TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA

A Educação no Brasil tem em sua base uma concepção da busca por uma formação humana integral do sujeito, adotando as concepções do trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. No entanto, há algumas contradições em relação a este pensamento, já que nas concepções comumente aceitas sobre o tema, o trabalho muitas vezes é concebido como algo ruim. Neste sentido, há uma dificuldade em se perceber o trabalho como algo que possa ser de fato educativo, mas antes punitivo. Para romper com esse pensamento simplista acerca do trabalho, torna-se necessário analisar as concepções sobre este, em especial quanto ao seu sentido ontológico. Retornando ao conceito de trabalho, tem-se a compreensão de qual o sentido de concebê-lo como um princípio da Educação.

A Geografia é uma ciência que tem como base as relações dialéticas entre a sociedade e natureza, situando o trabalho como elemento mediador, na produção do espaço geográfico. Quanto maiores são os avanços no meio técnico-científico-informacional nos tempos atuais, mais profundas são as transformações da natureza e a construção do espaço geográfico. O trabalho está na base da produção do espaço geográfico, ou seja, é um conceito essencial para a

compreensão da própria Geografia. Partindo-se disso, entende-se que os conhecimentos e conteúdos da Geografia ofereçam muitas contribuições para o entendimento acerca da concepção de que o trabalho é um princípio educativo.

É importante destacar que todos os conhecimentos construídos historicamente pelos seres humanos são oriundos do trabalho, a partir de necessidades específicas de cada momento histórico, com base nos conjuntos de técnicas criados e existentes. Desta forma, apenas uma ciência ou área do conhecimento não será capaz de abstrair toda complexidade do conceito de trabalho, o que torna necessária uma abordagem que relacione os vários conhecimentos, compreendendo que todos possuem uma origem comum, que é o trabalho humano acumulado ao longo do tempo. O trabalho, portanto, não pode ser visto como mais um conteúdo a ser discutido, já que isso simplifica o conceito.

O trabalho deve ser tomado como ponto de partida na construção dos conhecimentos, efetivamente como um princípio educativo (BRASIL, 2014). A adoção desta concepção está atrelada também ao conceito de pesquisa como princípio educativo, já que uma educação que valoriza a autonomia dos sujeitos precisa possibilitar aos alunos a possibilidade de buscar as respostas, reconstruir os conhecimentos já estabelecidos e formular novos conhecimentos (SAVIANI, 2003).

Perspectivas do trabalho

O trabalho é considerado normalmente de forma bastante generalista, inclusive nos próprios dicionários (AURÉLIO, 2018), tomado como a ação de oferecer determinada forma para algo, o ato de fazer ou preparar algo para determinado fim, atividade de rever ou refazer com cuidado algo, ato de treinar ou exercitar para melhorar ou desenvolver alguma coisa, ação de causar preocupação ou aflição (no sentido de que algo está sendo trabalhoso), atividade de fazer algum trabalho ou tarefa, formação de ideias ou realização de reflexões, ação de estar em funcionamento, o ato de fazer esforço para que algo aconteça, exercício de uma atividade profissional.

Desta forma, bastante adotada no cotidiano, o trabalho adquire um sentido funcionalista, material. Essa visão, no entanto, não condiz com o conceito ontológico de trabalho, segundo o qual o trabalho humano possui diferenciações do trabalho instintivo animal justamente por ser uma ação consciente e proposital, ou seja, é fruto de alguma necessidade ou vontade (ENGELS,

1976). Assim, o trabalho tem relação com a razão, mas também com as emoções humanas. O trabalho, desta forma, não pode ser concebido como algo que se encerra apenas na relação entre uma atividade humana e seu efeito de utilidade. Caso contrário, seria algo instintivo, irracional.

O trabalho é concebido, historicamente, como o meio pelo qual os homens modificam a natureza, visando suprir as necessidades e exigências do contexto. É por meio do trabalho que os homens produzem o espaço geográfico, através do aperfeiçoamento dos conjuntos de técnicas. Desta forma, quanto mais complexas as técnicas, maiores são também as possibilidades de intervenção no ambiente. No entanto, há um sentimento paradoxo ligado ao conceito de trabalho, já que este ao mesmo tempo em que é visto como mecanismo do progresso da humanidade, é também percebido como um fardo, uma obrigação que se impõe diante daqueles que necessitam prover seu sustento através do trabalho.

Sobre isso, Weber (2004) analisa que o trabalho era visto como algo negativo pois estava relacionado as relações estamentais numa sociedade que enxergava o trabalho manual (pesado) como algo destinado por Deus para os estamentos inferiores. Com o advento da Reforma Protestante, principalmente o Calvinismo, que se desenvolveu conjuntamente com as concepções do capitalismo, se desenvolve na sociedade europeia uma nova compreensão sobre o trabalho. Antes, visto como vil e um enfado, agora era visto como algo dignificante. Segundo o autor, essa transformação foi necessária para a consolidação do capitalismo.

O trabalho, no entanto, não envolve apenas a atividade remunerada. Para Araújo, Bridi, Motim (2013, p. 47) “o mundo das coisas, dos objetos, dos bens materiais e imateriais, é resultado do trabalho humano”, e dessa forma, o trabalho assume uma dimensão mais complexa do que a mera produção material, já que tudo o que provém das sociedades, suas culturas, hábitos, modos de vida, são reflexos das dinâmicas do trabalho acumuladas ao longo do tempo.

No âmbito da Educação, torna-se cada vez mais necessária uma melhor compreensão sobre as perspectivas do trabalho, visando desconstruir a ideia do castigo atribuída ao trabalho pela noção de “*tripalium*”, o qual designava inicialmente um instrumento utilizado na lavoura, mas que já em fins do século VI passou a designar igualmente um instrumento romano de tortura. Essa noção denota uma ligação da ideia de trabalho como algo negativo, como um sofrimento, tendo sido construída historicamente essa percepção em algumas sociedades (TOMAZI, 2013).

Em uma perspectiva marxista, a divisão social do trabalho está na base da própria divisão da sociedade em classes sociais. Em um primeiro momento, a divisão do trabalho não tinha um

caráter classificatório e exploratório, visto que existia como forma de organização social no que tange a produção de bens. As primeiras formas de divisão do trabalho foram realizadas segundo os sexos e idades (MARX, 2016).

Com o desenvolvimento dessas sociedades e uma necessidade produtiva maior, há a geração de excedentes de produção, registrando-se também uma tendência ao processo de sedentarização.

Estabeleceu-se, então, uma nova divisão do trabalho: entre aqueles que produziam diretamente e aqueles que cuidavam (administravam) do excedente, que podia ser utilizado em períodos de carência ou ser trocado por bens que a sociedade não produzia. Nascia, assim, a divisão entre o trabalhador direto e o indireto ou entre o que produzia e o que cuidava do excedente (TOMAZI, 2013, p. 58).

Com esse tipo de divisão do trabalho ocorreu uma cisão fundamental entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, sendo que com o desenvolvimento das sociedades e a urbanização, o trabalho intelectual passa a ser mais valorizado em detrimento do trabalho manual, o qual fica em uma posição de desqualificação. Essa divisão permanece até nos dias atuais, onde aqueles que possuem melhores condições financeiras (elite) direcionam sua formação para o caráter intelectual, enquanto que a predominância do trabalho manual, fica nas classes mais marginalizadas socialmente. Essa carga histórica em relação a divisão do trabalho carrega consigo um sentimento de negatividade em relação ao conceito de trabalho, já que historicamente o trabalho mais pesado, braçal, era realizado por aqueles que eram desprovidos de liberdade ou usufruíam precariamente dela. Para estes, a forma de trabalho intelectual foi, ao longo da história, negada.

A necessidade atual, diante da forma como os documentos educacionais trazem a noção de trabalho, bem como das necessidades de um pensamento mais crítico, é de apresentar outras formas de conceber o trabalho, colocando o aluno no papel de sujeito histórico, retomando o sentido social do trabalho. Uma reconstrução dos significados do trabalho é um processo inevitável e importante, visando reconhecer que o “trabalho é o esforço para transformar a natureza e, nesse processo, o homem transforma a si mesmo” (ARAÚJO, BRIDI, MOTIM, 2013, p. 49). Uma mudança nas concepções sobre o trabalho está relacionada também com a própria consciência da questão social do trabalho, já que historicamente foram criadas divisões na sociedade oriundas da divisão do trabalho, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. Pensar de forma diferente o trabalho é também aprimorar as noções que se têm sobre a própria

composição e estruturação da sociedade.

Em uma concepção histórico-materialista, considera-se que “o trabalho, por si mesmo, criou o homem” (ENGELS, 1976, p. 215), de modo que foi através do trabalho que o homem se tornou homem, através do desenvolvimento de partes do seu corpo, transformando ao mesmo tempo suas concepções e também seu meio. A compreensão de que o trabalho não está relacionado apenas com a questão material, mas também com os preceitos imateriais, simbólicos, está relacionada também com a questão técnica, de modo que a evolução técnica modifica a forma pela qual os homens se relacionam com os demais, mas também com a natureza. Uma mudança na concepção sobre o trabalho, é também uma modificação na forma como os homens se relacionam socialmente, e especialmente como concebem sua relação com o meio. Tomar o trabalho como princípio educativo é entender que o trabalho não é um mero esforço físico, mas que ele está na base de toda evolução social.

O princípio educativo

No Artigo 13 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM são indicadas as orientações para as proposições curriculares das unidades escolares diante das mudanças no contexto educacional. Dentre estes, no contexto da presente reflexão, destaca-se o item II, onde está especificada a visão de trabalho que se pretende como adequada, sendo ela:

O trabalho como princípio educativo, para a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (BRASIL, 2014, p. 38).

Desta forma, nota-se que o conceito de trabalho ultrapassa as considerações comumente aceitas e utilizadas para designar este, chegando ao ponto crucial da relação com a produção histórica de todos os conhecimentos humanos. Segundo essa concepção apresentada pelas legislações e documentos oficiais da Educação brasileira, entende que:

O trabalho, como vimos, é essencial para a vida e uma característica inerente ao ser humano, já que potencializa as nossas capacidades intelectuais e físicas. Por isso, refletir sobre esse tema com os estudantes da Educação Básica pode gerar a compreensão das distintas condições de trabalho e da distribuição social dos seus resultados, oferecendo oportunidades para a compreensão da inserção de cada agente social nas complexas redes de relações econômicas em nível local e global (BRASIL, 2014, p. 33).

A noção de princípio, conforme explicitado nos documentos educacionais, denota o entendimento de que algo esteja na base de um processo, como um evento desencadeante ou um conceito original. Discutir o princípio educativo é, de fato, um debate bastante complexo, mas também necessário. Quando se concebe o trabalho como princípio educativo, parte-se da ideia intrínseca ao materialismo histórico, no qual o trabalho é concebido como produtor dos meios de vida das sociedades. Quando se pensa nestes meios de vida, não se restringe apenas ao contexto do desenvolvimento material das populações, mas também da própria construção das bases imateriais, ou seja, dos elementos que se referem ao contexto simbólico. Assim, entende-se que toda produção material e imaterial das sociedades, produzida historicamente, tem o trabalho como elemento central. E, com base nesta perspectiva, adota-se o trabalho como princípio educativo, já que ele está na base da evolução social (ENGELS, 1976).

O currículo escolar apresenta uma ambiguidade em relação a implementação das propostas de mudanças na Educação, de modo que ele pode ser uma forma de controle social e de disseminação dos conceitos de valores de interesse de grupos hegemônicos, mas pode também ser uma forma de reaproximação dos alunos com os conhecimentos historicamente construídos pelas sociedades. Adotar o trabalho como princípio educativo de forma não reflexiva apresenta um risco de uma excessiva valorização da questão laboral, da formação de uma concepção do trabalho como mecanismo de constituição de mão-de-obra. Essa perspectiva tornaria ainda mais evidente a fragmentação existente entre a formação intelectual e braçal já existente na Educação brasileira. Diante disso, as discussões e definições conceituais são necessárias, de modo que a formação adotando o trabalho como princípio educativo seja crítica, libertadora, no sentido de compreender a importância das ações humanas na formação da sociedade, na construção dos conhecimentos, tendo o trabalho como conceito básico, enquanto forma de transformação do meio e da sociedade.

As contribuições da Geografia

A Geografia é a ciência que estuda as relações estabelecidas entre o homem e a natureza, cujo objeto é o espaço geográfico. Ou seja, a Geografia é uma ciência social, a qual entende que

o homem e a natureza modificam-se reciprocamente, relacionando-se e criando espacialidades. O trabalho não pode ser excluído das análises geográficas, isso porque é através do trabalho que o homem vem modificando o meio historicamente. O espaço geográfico é, neste sentido, uma produção histórica, onde estão presentes marcas de vários momentos da humanidade, refletindo sua evolução científica e técnica, e mais recentemente também informacional (SANTOS, 2006).

O espaço geográfico é a relação entre natureza e sociedade mediatizadas pelo trabalho. Para Santos (2008) de um lado existe certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, os quais são somados à vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. Portanto, quando se fala em espaço geográfico, não se pode conceber isoladamente a sociedade ou a natureza, pois ambas estão intrinsecamente relacionadas neste processo. O homem, por intermédio do trabalho, altera o meio em que vive. Existem duas naturezas, sendo que a primeira natureza representa o espaço físico, não alterado por mãos humanas. Já a segunda natureza é caracterizada pelo espaço social, ou seja, reconstituído pela ação antrópica. Quanto maior o desenvolvimento técnico de uma sociedade, menor o espaço natural, sendo que quanto mais perfeito um objeto, mais longe da natureza (MOREIRA, 1982). Para Santos a compreensão da formação econômica e social é a própria produção, ou seja, o trabalho humano voltado para as transformações do espaço (SANTOS, 1982).

A Geografia tem um papel fundamental na compreensão das formas pelas quais os homens se apropriam dos espaços naturais e os modificam.

[...] a Geografia tem que trabalhar, de um lado, com os elementos e atributos naturais, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles; e de outro, verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nos sistemas naturais (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2018, p. 34):

Ao adquirir a consciência de que o indivíduo é parte de um sistema social que vem produzindo o espaço geográfico historicamente, há uma necessidade de entendimento das formas pelas quais essas modificações são produzidas. O trabalho sempre esteve presente na história da humanidade, perpassando todas as suas relações com o meio, produzindo e reproduzindo espacialidades, construindo paisagens artificiais, moldadas pelas necessidades humanas. Não há como conceber, neste sentido, a produção do espaço geográfico sem considerar a importância do trabalho. Para Santos (1977, p. 05, *apud* CORRÊA, 2000) “as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção”, o que representa que o espaço geográfico é transformado em conformidade com a realidade do momento histórico, em relação ao conjunto

de técnicas desenvolvido pela sociedade, bem como pelas formas como o trabalho é concebido.

Os conhecimentos da Geografia possuem importância pois mostram como o trabalho possibilita uma compreensão acerca das transformações do espaço geográfico, já que as sociedades deixaram sucessivas marcas espaciais em conformidade com os avanços sociais ocorridos, mediante a atuação dos sujeitos.

O trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 005, p. 01).

Quando os homens percebem que são sujeitos históricos, que são parte da produção do espaço geográfico, espera-se que não haja mais um contentamento em relação a um modelo de educação que forma apenas para o trabalho laboral, perpetuando a divisão entre a perspectiva do trabalho intelectual e trabalho manual. Há uma necessidade de compreender que ambos os modos de trabalho estão relacionados, e que os conhecimentos construídos historicamente devem ser apropriados pelos sujeitos, os quais são parte dessa produção.

O trabalho está na base dos conhecimentos, pois é através dele que a humanidade se inquietou frente aos fenômenos, estudou os acontecimentos naturais, modificou o meio para melhor atender às suas necessidades, migrou buscando melhores condições para sua existência, criou sistemas de técnicas e arcabouços teóricos importantíssimos. Para Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 02) “a aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza”. Essa realidade leva o sujeito a conceber o trabalho em seu sentido histórico, mas também em seu sentido ontológico, retomando às origens do conceito, percebendo-se como sujeito histórico.

A compreensão das dinâmicas da produção do espaço geográfico e o papel central do trabalho, neste sentido, é uma atitude válida e essencial nos ambientes educacionais, já que aproxima dos alunos da gênese dos conhecimentos. Essa análise tem a capacidade de integrar os conhecimentos, em uma perspectiva transdisciplinar, ou seja, através e além dos conhecimentos disciplinares, buscando uma unidade. E, neste sentido, o trabalho não deve ser incluído de forma isolada, sem um contexto, no âmbito das discussões disciplinares. Nem tampouco ser visto como uma atividade de preparação para as atividades ligadas ao trabalho como função laboral, como comumente ele é visto na sociedade atual. O trabalho não pode ser percebido segundo as fragmentações que a este são atribuídas, separando as ações em trabalho

intelectual e trabalho manual, já que isso dificulta ainda mais a superação das desigualdades sociais.

Diante desse processo, a Geografia oferece também bases para compreensão deste processo, já que dispõe de conhecimentos que auxiliam não apenas na compreensão história da evolução das sociedades, mas também evidencia a necessidade de uma mudança de concepções sobre a intervenção humana no meio. Assim, compreender o trabalho como princípio educativo é reconhecer que é através deste que o mundo continua a ser transformado cotidianamente pelas sociedades.

E, com isso, o futuro do planeta Terra e das relações sociais depende amplamente da forma como o trabalho é concebido no momento atual, conquanto, quando as pessoas conhecem seu papel no contexto das dinâmicas espaciais, percebendo-se como sujeitos na construção das espacialidades, podem também agir de modo mais coerente com as limitações do meio, reconhecendo as consequências de uma ação inadequada segundo os princípios da consciência ambiental e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das mudanças mais atuais no contexto da Educação, especialmente com uma integração cada vez mais evidente dos âmbitos profissional e tecnológico na Educação brasileira, torna-se necessária e permanente uma discussão sobre os conceitos que permeiam os modelos de Educação. A Educação Profissional e Tecnológica não pode se pautar unicamente na formação de alunos para o mercado de trabalho, deixando em segundo plano a formação do sujeito social e consciente de seu papel histórico. Desta forma, é importante que as discussões no contexto deste modelo de Educação se façam sempre atuais, perpassando os conceitos e as metodologias, pensando no contexto integrativo das várias áreas do conhecimento.

A Educação Profissional e Tecnológica está inserida em um momento histórico onde os avanços tecnológicos exigem novos modos de pensar, os quais não se resumam ao funcionamento técnico das coisas, mas que estendam os benefícios destes avanços para a população. Já no âmbito da profissionalização, emerge a necessidade de pessoas comprometidas com as novas necessidades da sociedade, não meramente do mercado de trabalho.

Desta forma, torna-se muito necessária uma retomada do conceito de trabalho, visando

uma (re)construção das percepções que se têm do trabalho, buscando fomentar um sentimento de comunidade, de desenvolvimento histórico conjunto, pautado nos avanços no meio técnico, que hoje também se faz científico e informacional. Nesse sentido, conforme as legislações educacionais, a Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de Educação, bem como às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

É neste contexto que uma compreensão social mais ampla é necessária, visando perceber que é no processo da construção do conhecimento que os sujeitos são defrontados com estas dimensões, e que os três pilares – trabalho, ciência, tecnologia – não podem ser abordados de forma dissociada, já que são parte da própria constituição histórica das sociedades, em diferentes escalas e tempos. Logo, perceber o conceito de trabalho de forma positiva, como elemento histórico de desenvolvimento social, é imprescindível, diante da carga negativa que por muito tempo foi atribuída a este conceito.

Não há, neste sentido, como conceber um avanço tecnológico e científico sem, no entanto, perceber que o trabalho está no centro deste processo, pois é através do trabalho que o homem se relaciona dialeticamente com o meio.

REFERÊNCIAS

A ETIMOLOGIA do trabalho. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/trabalho/etim_trab.htm>. Acesso em 22 abr. 2018.

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2013.

AURÉLIO. Dicionário Online. Trabalho. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/trabalho>>. Acesso em 19 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 19 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 19 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, Etapa II - **Caderno II: Ciências Humanas**. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos**

e temas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 215-228.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – excertos**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839_O%20TRABALHO%20COM%20PRINC%C3%8DPIO%20EDUCATIVO%20NO%20PROJETO.pdf>. Acesso em 09 fev. 2018.

GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis; PITTON, Sandra Elisa Contri; ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias: Lugar, Paisagem e Território. Conteúdos e Didática de Geografia**. UNESP. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf>. Acesso em 19 nov. 2018.

MARX, Karl. **O capital** – Livro 1. 31 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MOREIRA, Ruy. **Repensando a Geografia**. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

OLIVEIRA, Rosilene; SALES, Márcia. A formação docente na Educação Profissional e Tecnológica: provocações e dilemas. **Anais do EDUCERE – Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: PUC-PR, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21886_11440.pdf>. Acesso em 19 nov. 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 1

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. LDB - trajetória, limites e perspectivas. 8 ed. São Paulo, Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Portal dos Fóruns de EJA. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2018.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 09 fev. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Data de Recebimento: 25/06/2018

Data de Aceite: 11/12/2018